



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
ADMINISTRAÇÃO 2023/2024

RESOLUÇÃO Nº 001/2024 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024

**DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO QUADRO E DOS
VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAPORÃ DO TOCANTINS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e O Art. 69, V da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que o plenário da Câmara Municipal aprovou e eu VALDY PEREIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara, Promulgo o presente DECRETO LEGISLATIVO:

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 001/2020 de 22 de junho de 2020, que "Fixa os subsídios dos vereadores para a legislatura 2021 / 2024.

CONSIDERANDO o Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, que confere revisão geral anual dos subsídios e vencimentos.

DECRETA:

Art. 1º - O quadro dos Servidores da Câmara Municipal de Itaporã do Tocantins – TO e respectivos vencimentos reger-se-ão em conformidade com o disposto nesta Resolução.

Art. 2º - O Quadro dos Servidores abrangerá os cargos em Comissão e de provimento efetivo, em todos os seus níveis.

Art. 3º - São adotados, para fins desta Resolução, os conceitos básicos seguintes:

I – CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: o conjunto de deveres, responsabilidades, atividades, tarefas ou atribuições conferidas a servidores com vínculo permanente, admitidos através de concurso público para tal fim;

II – CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO: o conjunto de deveres, responsabilidades, atividades, tarefas ou atribuições inerentes a direção, supervisão, planejamento, orientação, coordenação, controle, chefia, assessoramento ou assistência a setores ou membros do Poder Legislativo Municipal, conferidos temporariamente a pessoa pertencente ou não ao quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal, designado, em comissão, para este fim;

III – PLANO DE REMUNERAÇÃO: Vencimentos fixados conforme o cargo ocupado dos Servidores.

Art. 4º - O Quadro Permanente de Servidores da Câmara Municipal de Itaporã do Tocantins, terá a seguinte comissão estrutural e serão identificados pelas denominações constantes no Anexo I desta Resolução:

Art. 5º - O Servidor efetivo poderá ser nomeado para ocupar cargo em comissão, constituindo, neste caso, função de confiança.

§ 1º - A nomeação será transitória e se revestirá de critério da confiança para os indicados que atendam a todos os requisitos para designação.

§ 2º - Ocorrendo a nomeação e, havendo diferença entre o vencimento-base do cargo efetivo e comissionado, a diferença será concedida ao servidor efetivo a título de “nomeação de cargo em comissão”.

§ 3º - Aos servidores do quadro efetivo da Câmara Municipal, quando nomeados para Cargos em Comissão, assiste o direito de optar pelo vencimento de seus cargos, de forma a garantir a irredutibilidade do salário.

Art. 6º - Os servidores efetivos poderão ser afastados do cargo, com ônus para o origem, respeitando o interesse da administração pública, apenas para os seguintes fins:

- prover cargo em comissão no próprio quadro;
- para participar de cursos de capacitação profissional de curta duração.

Parágrafo Único. Em qualquer outra hipótese, acedência sem ônus para a origem poderá ser permitida, igualmente respeitando o interesse da administração pública.

Art. 7º - Não poderá ser paga a qualquer servidor da Câmara Municipal remuneração superior à fixada para o Presidente da Câmara, nem menor que o salário mínimo vigente.

Parágrafo único. Quando a menor retribuição pecuniária dos servidores for inferior ao salário mínimo vigente, em razão de não serem concedidos reposição, reajuste e/ou aumento salarial, aos que nesta situação se enquadrarem será concedida diferença, sob

o título de "diferença constitucional salário mínimo", a qual integrará sua remuneração para todos os efeitos.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta da dotação orçamentária da Câmara Municipal, suplementada se necessário.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, revogando as disposições em contrária.

ANEXO I

| Cargo | Escolaridade | Investidura | Quantidade | Salário |
|--------------------------------|--|-----------------------------|------------|----------|
| Controle Interno | Ensino Médio Completo, noções de administração Pública | Comissionado Livre Nomeação | 01 | 1.639,00 |
| Secretário da Câmara Municipal | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 01 | 1.528,00 |
| Auxiliar de Secretaria | Ensino Médio Completo | Concursado | 01 | 1.772,00 |
| Tesoureiro | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 01 | 1.817,00 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | Ensino Fundamental Completo | Concursado | 01 | 1.412,00 |
| Auxiliar Administrativo | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 02 | 1.412,00 |
| Motorista | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 01 | 1.412,00 |
| Assessor Parlamentar | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 02 | 1.412,00 |
| Chefe de Recursos Humanos | Ensino Médio Completo | Comissionado Livre Nomeação | 01 | 1.412,00 |

| | |
|--|---|
|  Valdy Pereira dos Santos Presidente |  Ires Souza Macedo Vice Presidente |
|  Sávio Sousa Almeida 1º Secretário |  Pedro Jerônimo da Silva Neto 2º secretário |